

DEBATES

c o o r d e n a d o r ■ VICTOR S. GONÇALVES ■

i n t e r v e n ç õ e s ■ VICTOR S. GONÇALVES ■ JOÃO ZILHÃO ■

■ JOAQUINA SOARES ■ CARLOS TAVARES DA SILVA ■ ANTÓNIO MONGE SOARES ■

■ JOÃO LUÍS CARDOSO ■ ANA CRISTINA ARAÚJO ■ NUNO BICHO ■ MANUEL CALADO ■

Durante o 2.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo houve lugar a dois debates. Um, sobre megalitismo, decorreu na sequência das intervenções especificamente vocacionadas sobre esse tema. Coube-me a exposição inicial e, por condicionantes de tempo, a discussão foi muito curta. O outro partiu das intervenções de João Zilhão e Joaquina Soares e, considerados os contextos, constituiu uma animada (e interessante) troca de impressões.

Os textos foram transcritos das gravações disponíveis por Ana Catarina Sousa e passados para Word pela mesma investigadora, associada a Mariana Diniz e Leonor Rocha.

Operei uma revisão geral, exclusivamente formal, eliminei algumas curtas intervenções marginais ao debate e, com auxílio de João Zilhão, Joaquina Soares, Ana Cristina Araújo e Manuel Calado, no caso concreto das suas intervenções, fixou-se o texto definitivo, procurando sempre manter-lhe a vivacidade que a oralidade normalmente origina e que quase todos costumam assumir sem complexos...

Por razões lógicas, começamos pelo Neolítico antigo e concluímos com o Megalitismo, apesar do curto debate sobre Megalitismo ter sido em dois dias anterior ao dedicado ao Neolítico antigo.

Neolíticos...

VICTOR S. GONÇALVES:

Devido a obrigações absolutamente inadiáveis, o Dr. João Zilhão vai ter de estar em Lisboa ao fim da tarde (gargalhadas). Neste caso, compartilhando inteiramente as suas justas aspirações, e lamentando não estar também presente nesse momento de júbilo que se aproxima (a vitória do Sporting no campeonato...), tive que rearrumar o debate.

Portanto, vamos seguir o seguinte rumo: em primeiro lugar, terá a palavra o Prof. João Zilhão, seguindo-se a intervenção da Dr.^a Joaquina Soares; logo de seguida, abriremos o debate. E assim dou imediatamente a palavra ao Prof. João Zilhão, para dar início a esta última fase do Colóquio.

JOÃO ZILHÃO:

Boas tardes, é verdade, eu tenho bilhetes e, como mais alguns milhões de portugueses (e um deles é o meu filho ...), estou há 18 anos à espera, e há compromissos e obrigações de pai a que não se pode fugir. Peço desculpa, e para não atrasar mais o debate vou directamente ao assunto.

Quando se trabalha numa disciplina como a Arqueologia, que é uma disciplina em primeiro lugar histórica, há uma série de questões fundamentais prévias à interpretação, à reconstrução, à proposição de cenários e de explicações relativas ao processo histórico, ou ao encadeamento dos acontecimentos e sua explicação.

São fundamentalmente a situação no espaço e no tempo de entidades, de categorias que têm que ser definidas. Na nossa disciplina, estes três problemas, os problemas de definição

daquilo de que estamos a falar e, uma vez clarificado o sentido, o conteúdo das definições, das categorias, a sua situação concreta e exacta no espaço e no tempo, são questões básicas. São estas três questões que, ao longo dos últimos vinte anos, têm estado subjacentes (pela negativa, na maior parte das vezes) a todo o debate relativo à passagem do Mesolítico ao Neolítico não só em Portugal mas em todo o continente europeu.

O que é o Mesolítico? O que é o Neolítico? O que é o Cardial? O que é o Epicardial? O que significam estes termos? São questões fundamentais, e depois há a questão de saber onde no espaço e no tempo se situa cada um destes conceitos.

Quando a Arqueologia é pré-histórica, para situar no tempo não tem recurso a outras metodologias que não sejam as das ciências naturais. Embora esta manhã se tenha feito grande confusão em relação àquilo que é o Positivismo, o Positivismo não é o Empirismo, são coisas completamente diferentes, o Positivismo é a doutrina segundo a qual as Ciências Sociais e Humanas podem ser estudadas da mesma maneira que as Ciências Naturais e Exactas.

Acontece que, em Arqueologia pré-histórica, nomeadamente quando lidamos com problemas de cronologia, ou somos positivistas ou não somos arqueólogos. E, por isso, a minha apresentação vai ser completamente positivista, e vai lidar única e exclusivamente com a questão de saber qual é a cronologia das categorias que utilizamos para pensar o processo da passagem do Mesolítico ao Neolítico.

Vamos começar pelo território português. Porque o objectivo, neste caso, é procurar determinar até que ponto há sobreposição, cavalgamento ou contemporaneidade das ocupações, tendo em conta a sua definição cultural, o que se apresenta não são as diferentes datações obtidas para cada sítio mas sim os intervalos de tempo durante os quais cada um foi ocupado. Tendo em conta o objectivo pretendido, o que se procura estabelecer são os intervalos de tempo mínimos de cada ocupação e, por isso, utilizou-se a cronologia calibrada apenas a um sigma.

Estão definidas três categorias: Mesolítico, Neolítico cardial e Neolítico epicardial.

Por Mesolítico entende-se ocupações de caçadores-recolectores sem qualquer evidência de economia doméstica, e em que, como acontece em Portugal, tão pouco há documentada de forma segura a presença de qualquer item artefactual do chamado pacote neolítico, isto é, sem cerâmica, sem pré-tratamento térmico do sílex, sem pedra polida e sem uma série de outros itens da cultura material que só aparecem em associação com as espécies domesticadas.

Por Neolítico antigo cardial entende-se as ocupações, de *habitat* ou sepulcrais, com cerâmica cardial, tal como está definida em todo o Mediterrâneo ocidental, e que sempre aparecem associadas, quando há contextos com preservação da matéria orgânica, a animais domésticos.

Por Neolítico epicardial entende-se, numa acepção lata, todo aquele Neolítico de cerâmicas impressas posterior ao cardial: posterior tanto pela cronologia radiocarbónica, como pela sobreposição em sequência estratigráfica.

Ora, quando olhamos para este quadro, nota-se, em primeiro lugar, que todos aqueles sítios que, na Costa Sudoeste (Vale Pincel, Samouqueira I, Vidigal, Medo Tojeiro e Fiais), etc., têm por alguns colegas sido atribuídos, e nomeadamente por alguns que os escavaram, ao Neolítico, do meu ponto de vista sem qualquer base empírica minimamente sustentável, são todos eles de facto mesolíticos, embora haja num ou noutro a presença intrusiva de cerâmicas que nada têm a ver com o contexto.

Noutros casos — e penso que já o demonstrei exaustivamente e não vou aqui voltar a esse assunto, aguarda-se uma refutação dos argumentos apresentados — como em Vale Pincel,

trata-se de sítios que estão claramente em posição secundária, pelo menos no que respeita aos contextos que estão publicados, e portanto é difícil interpretar as datas conhecidas, até porque estão publicadas sem qualquer contexto.

De qualquer maneira, todos os indícios indicam que se trata aqui de sítios mesolíticos, penso que no caso do Vale do Sado também não há qualquer dúvida a esse respeito, os concheiros que têm cerâmica têm-na nos depósitos sobrejacentes ao concheiro, não dentro dele.

No caso da Estremadura o panorama do Mesolítico final está muito claro, no Abrigo das Bocas, Forno da Telha, Moita do Sebastião e Buraca Grande (uma gruta no vale do Poio, na Redinha, que tem ocupações deste período).

Temos depois, a representar o Cardial, a Gruta do Caldeirão, o Abrigo da Pena d'Água, e a Gruta da Nascente do Rio Almonda que, finalmente, se pôde datar, recebi há 2 ou 3 dias os resultados, já vamos falar nisso, e os sítios da Cabranosa e do Padrão, no Algarve. Há claramente uma sobreposição, uma contemporaneidade entre estas ocupações do Algarve e da Estremadura e o Mesolítico da Costa Alentejana, do Vale do Sado e do Vale do Tejo.

Quando transformamos isto em mapas, no período de tempo 6000-4500 cal BC, vemos, numa primeira fase, um Portugal Centro-Sul onde apenas existem ocupações de caçadores-recolectores, organizadas em torno dos estuários do Mondego, do Tejo, do Sado e do Mira. Chamo aqui a atenção para que aquele ponto no estuário do Mondego é o sítio do Forno da Cal, que geralmente na bibliografia aparece descrito como Neolítico, mas olhando atentamente as descrições do escavador é um concheiro exactamente igual aos do Tejo, portanto é um concheiro mesolítico onde, na sua porção superior, aparece a cerâmica neolítica que é atribuída a esse sítio. A Buraca Grande é, tal como os sítios do Forno da Telha e do Abrigo das Bocas, um exemplo de contextos logísticos ligados à exploração da periferia dos maciços calcários da Serra do Sicó e da Serra dos Candeeiros mas situados na cabeceira de afluentes ligados à parte interior dos grandes estuários. Estou por isso convencido que mais tarde ou mais cedo se descobrirão também prolongamentos destes contextos pelo vale do Sorraia, tal como se conhecem em direcção à zona de Rio Maior, sendo exemplo desta penetração para o interior ao longo da rede hidrográfica o sítio com triângulos de espinha central, do tipo Cabeço da Amoreira, descoberto nos Pessegueiros, em Torres Novas.

Deixemos um intervalo de 250 anos e, no período seguinte, entre 5500-5250, o panorama modifica-se radicalmente. Temos o Neolítico cardial no Algarve e no Norte do Maciço Calcário Estremenho, e mantêm-se estes concheiros, estes sistemas puramente de caçadores-recolectores, em torno dos estuário do Mira, do Sado e do Tejo. Finalmente, mais 250 anos de intervalo, já só sobrevivem as últimas comunidades de caçadores-recolectores, e todo o Centro-Sul de Portugal já está neolitizado e já começou a expansão para o interior, sendo desta fase que datam os primeiros povoados do Neolítico antigo do Alentejo.

Esta evolução no tempo e no espaço mostra que o primeiro Neolítico é um Neolítico que ocupa uma posição de enclave geográfico entre o Tejo e o Cabo Mondego, uma vez que, para sul, entre o Tejo e o Cabo de São Vicente, perdura o Mesolítico e, a para norte o Mesolítico continua em todo o litoral noroeste e no Cantábrico.

Esta posição de enclave corresponde as áreas que durante o Mesolítico estão despovoadas, que não são utilizadas pelas comunidades de caçadores-recolectores da época. Ocupam-se, portanto, as zonas disponíveis nas margens dos centros de povoamento mesolítico. Isto sugere claramente que se trata de um fenómeno intrusivo, o que é também sustentado pela descontinuidade total que existe na cultura material, nos rituais de enterramento, na dieta das populações e até (quando se comparam os esqueletos do Neolítico, por exemplo da gruta do Caldeirão, com os dos concheiros do Tejo e do Sado) na antropologia física dessas mesmas populações.

São exemplos dessa descontinuidade, no caso das paleodietas, os valores de Azoto-15 e Carbono-13 apurados para diversos contextos do Neolítico e Calcolítico (Fig. 3). Reparem como os valores são perfeitamente estáveis, a retrodição desses valores demonstra a perfeita descontinuidade com o que se passa no Mesolítico e sobretudo no Mesolítico final. Estes valores são do Cabeço da Arruda, são os mais recentes de todos os concheiros, e há uma descontinuidade completa, embora haja um *outlier* neolítico, em Melides, que poderá estar relacionado com uma adaptação particular de época neolítica, ou pode até ser um erro de laboratório, é difícil interpretar.

Mas a descontinuidade, a ruptura, é perfeitamente nítida. Quando se olha para outros indicadores, ou não têm qualquer significado, ou não discriminam entre Neolítico e Mesolítico, como o caso das cáries oclusais dos molares. Quando há alguma tendência temporal, vê-se que a diminuição clara de tamanho dos dentes [?] que existe no Neolítico Médio e Final já se verifica nos exemplares do Neolítico cardial, que estão em perfeita continuidade com a tendência no Neolítico mais tardio e no Calcolítico.

O mesmo vamos encontrar quando comparamos valores relativos à dimensão e à morfologia dos membros, neste caso das tíbias e dos fêmures. Os dados do Caldeirão aparecem muito próximos dos da Moita do Sebastião e do Cabeço da Arruda, mas com um desvio padrão de tal maneira amplo que são indiferenciáveis daqueles valores. De qualquer maneira, a tendência é perfeitamente clara, as tíbias das populações mesolíticas são completamente diferentes, quando as amostras são suficientemente grandes, das das populações do Neolítico. E trata-se de características que, segundo alguns autores, têm uma determinação genética. No caso da morfologia dos fêmures vemos que, embora apenas tenha sido possível medir um exemplar, em relação a esta característica as pessoas do Neolítico cardial estão na tendência do Neolítico e separadas do Mesolítico.

É claro que, em muitos casos, pode argumentar-se que estas características se desenvolvem ou estão determinadas pelo modo de vida. Devido à plasticidade do esqueleto humano, há determinadas características, nomeadamente na forma dos ossos dos membros posteriores, das pernas, que têm um potencial de desenvolvimento muito variado e que, dependendo do modo de vida, na ontogénese dos indivíduos poderão desembocar em formas na idade adulta muito diferentes partindo do mesmo potencial inicial.

Mesmo admitindo que é esse o caso, ou seja, que não estamos a lidar com características geneticamente determinadas, o que é certo é que estas diferenças indicam pelo menos a radical diferença de modos de vida entre as populações do Neolítico cardial e as populações suas contemporâneas do Mesolítico.

Quer interpretemos estas características como determinadas geneticamente ou determinadas pelo modo de vida, elas mostram que há aqui duas populações que são completamente diferentes:

- no sítio onde vivem;
- naquilo que comem;
- na morfologia do esqueleto;
- na cultura material que produzem.

Com o Neolítico cardial aparecem cerâmica, pedra polida, rituais de enterramento e tipos de adornos que são completamente desconhecidos nos sítios mesolíticos seus contemporâneos.

Ora, é claro que o Neolítico cardial que é mais conhecido na zona da Estremadura é o que é tipificado por vasos com decoração junto ao bordo, em guirlanda, como estes vasos do Almonda, do Caldeirão, da Buraca Grande.

É um Cardial que, estilisticamente, é médio, ou tardio, e está em conformidade com as datações obtidas sobre ossos humanos e de ovelha da gruta do Caldeirão que situam estas

produções cerâmicas por volta de 6200 BP. Mas, ao mesmo tempo, é conhecida a existência de outros tipos de cerâmicas cardiais, nomeadamente o famoso vaso de Santarém, ou alguns fragmentos da gruta de Eira Pedrinha, que, do ponto de vista da sua gramática decorativa, se aproximam muito de formas dos sítios-chave do Mediterrâneo espanhol, como a Cova de l'Or. É um Cardial com vasos de colo estrangulado em que a decoração desce para o bojo e chega a cobrir quase completamente o vaso. É um Cardial barroco, se quiserem usar essa expressão.

Sempre tenho argumentado que existem na Gruta do Almonda cerâmicas desse género, que deveriam configurar um Cardial estilística e tipologicamente mais antigo que as formas da Gruta do Caldeirão ou do Abrigo das Bocas para citar apenas alguns exemplos.

A Gruta do Almonda é um sistema que tem ocupação humana desde o Acheulense, há cerca de 300 mil anos, até à época romana. Em 1987 descobriram-se pontas solutrenses numa galeria, que chamamos a Galeria da Cisterna, o que determinou a realização de trabalhos de escavação que vieram a concluir que o contexto do Paleolítico Superior era relativamente pouco importante, mas que havia nessa galeria, mais adiante, uma importante necrópole do Neolítico antigo.

Em 1988-89 escavou-se integralmente esta necrópole. A sequência estratigráfica, e é aqui que reside a natureza do problema, é extremamente simples: a base é constituída por uma areia alaranjada, fluvial, estéril, que apenas deu dentes de castor e, no topo, com uma espessura que varia entre 15 e 40 cm, um depósito que contém, além da necrópole do Neolítico antigo, enterramentos campaniformes com muitos botões, coisas da Idade do Bronze e de época romana.

Consequentemente, embora, tipologicamente, tivesse sido possível identificar enterramentos do Neolítico antigo e cardial nesta zona, nunca tinha sido possível datar este contexto até hoje, apesar de termos tentado, através do método da Termoluminescência, obter alguma indicação de cronologia absoluta para as cerâmicas do Neolítico antigo, sem grandes resultados dado o erro inerente ao método). A cerâmica é abundante (devo dizer que o conjunto cardial do Almonda é dos maiores do Mediterrâneo ocidental), há um tipo com decoração muito semelhante à dos famosos vasos antropomórficos da Cova de l'Or, na região de Valência.

Associados a esta cerâmica apareceram muitos adornos, não só os conhecidos adornos em forma de lágrima feitos sobre concha de *Glycymeris*, que já se conheciam da Gruta do Caldeirão, mas também de pendentis feitos sobre caninos de veado ou sobre osso imitando caninos de veado. Quando apareceram os primeiros, a reacção que tivemos no momento da escavação foi “afinal sempre vamos aqui ter mais abaixo um contexto de Paleolítico Superior, porque os caninos de veado perfurados são típicos do Paleolítico Superior”.

Acontece que não havia Paleolítico Superior nenhum, e acontece também que caninos de veado perfurados em necrópoles no Neolítico não se conheciam, e continuam a não se conhecer em Portugal, a não ser a vintena que aqui se recolheram. Foram recentemente publicados os adornos associados ao Cardial da Cova de l'Or, e entre este conjunto de adornos existe precisamente uma grande colecção de caninos de veado perfurados e de contas de osso imitando a forma de caninos de veado exactamente iguais a estes, e que eu próprio tive no ano passado oportunidade de examinar no Museu de Valência e no Museu de Alcoi. Isso levou a que se iniciasse um projecto de datação que incidiu sobre este tipo de adornos. O pressuposto era o de que deveríamos obter datações do Neolítico antigo cardial e mais antigas do que as do Caldeirão.

E, de facto, foi isso que aconteceu, porque dois destes objectos, um canino de veado, e uma conta de osso imitando a respectiva forma, foram ambos datados de 6445±45 BP, isto

é, não são só duas datas estatisticamente idênticas, são duas datas exactamente iguais para duas amostras diferentes. E acho que, com isto, podemos concluir que datámos de forma bastante, tão razoavelmente quanto possível, o Cardial da Gruta da Nascente do Almonda.

Ora o que acontece quando vamos comparar essas datas (e neste caso não estamos a fazer como há pouco, estabelecendo intervalos de tempo em que cada sítio foi ocupado, estamos a comparar datações individuais para os diversos contextos conhecidos em Portugal e Espanha do Neolítico cardial)? Aqui estão discriminados dois tipos de situações:

- as datações obtidas sobre amostras de vida curta, sementes, concha ou osso (no caso das conchas aplicando obviamente a correcção para o efeito de reservatório que resulta dos trabalhos do nosso colega Monge Soares);

- as amostras sobre carvão de madeira.

O que nós verificamos é que, quando consideramos apenas amostras de vida curta, a cronologia do Neolítico cardial é muito clara. Em Portugal como em Espanha, não é anterior a cerca de 5500 antes de Cristo, em anos calibrados. Quando consideramos as datações obtidas sobre carvão de madeira, há uma dispersão muito maior, e há também casos de amostras com desvios-padrão enormes, como as obtidas nos anos 60 para a Cova de l'Or, e que são, por isso, pouco úteis. Mas, se utilizarmos o respectivo ponto médio, coincidem numa linha que parece bastante clara tanto em Portugal como em Espanha para o início do Cardial, o que estaria de acordo com a similitude tipológica que existe entre o material do Almonda e o da Cova de l'Or, o que sugere contemporaneidade. Obviamente que este panorama é bastante mais complicado, mas eu gostava de vos chamar a atenção para outra coisa muito interessante que resulta de uma análise detalhada destas datas.

Chamo a atenção em primeiro lugar para o caso de La Draga. La Draga é um sítio lacustre, é uma “palafita” do Neolítico antigo, do Norte da Catalunha, onde as datas obtidas revelam um padrão extremamente interessante: há duas, dado o desvio-padrão enorme, inutilizáveis; há apenas três datas utilizáveis, que são duas sobre sementes, e outra sobre um poste de madeira de carvalho, exactamente do mesmo contexto, sendo a diferença entre ambas de cerca de 300 anos.

Já vamos falar aqui de Cendres, onde vemos exactamente a mesma situação: amostras de vida curta, alguma amostra sobre carvão de madeira com resultados idênticos, e coisas mais antigas.

O que é que está aqui a acontecer? É o efeito de madeira antiga, ou seja, quando se estão a datar carvalhos seculares como aqueles que foram abatidos no final do Mesolítico, pode vir-se a obter uma datação que é muito mais antiga do que o momento em que a árvore é abatida.

O método da dendrocronologia baseia-se precisamente em que as árvores vão crescendo, e portanto a calibração do radiocarbono faz-se da seguinte forma: datando os anéis cuja idade é conhecida. Portanto, nem todos os anéis da árvore têm a mesma cronologia de radiocarbono. Se datarmos um anel do meio do coração do tronco, vamos obter uma data que tem a ver com o início da vida dessa árvore, se vamos datar madeira da parte externa do tronco vamos datar os momentos mais recentes da vida dessa árvore.

E, portanto, quando datamos amostras deste tipo não sabemos, de modo geral, a não ser que a análise antracológica nos indique que estamos a datar ramadas, portanto troncos de pequena espessura, não podemos saber se estamos a datar o momento em que ela começou a crescer ou o momento em que ela foi cortada.

Isso introduz este tipo de distorção, que já se conhecia no estudo da cultura LBK da Europa Central, e que afecta também muito, como se vê, a cronologia do Cardial no Mediterrâneo. Finalmente, é também preciso ter em conta que, ao aplicarmos à Cabranosa e ao Padrão o efeito de reservatório calculado para a costa ocidental, estamos aqui também

a introduzir um elemento de incerteza, porque não sabemos se na costa do Algarve o efeito de reservatório é o mesmo que está calculado para os estuários do Sado, do Mondego e para a costa a Norte de Lisboa.

O panorama continua a ser complicado, mas alguma luz se vai fazendo à medida que vamos criticando, com o tal espírito científico positivista, os dados que temos. No caso de Cendres, foi feita uma experiência muito interessante. A primeira data obtida para Cendres foi a de 7540 ± 140 BP (Lyon-4302). Nessa altura, já se escavava ao longo de muitos anos e com muito cuidado o contexto cardial desta cavidade, que é um contexto muitíssimo importante, e os colegas que o escavavam entenderam que esta data não era de confiança, era demasiado antiga, correspondia ao Mesolítico geométrico da região e não podia, enfim, ser aceite. E resolveram começar a datar amostras individuais de carvão de madeira depois de determinar a espécie a que pertencia a madeira carbonizada.

Curiosamente começaram a obter resultados interessantíssimos. Por exemplo, foram datar, do contexto cardial, uma amostra de *Pinus nigra*, e obtiveram o resultado de 20430 ± 170 . Deve dizer-se que o Solutrense nesta gruta está 2 m mais abaixo. Evidentemente, podia interpretar-se esta data como dizendo que a neolitização tinha começado há 20 000 anos, e se calhar haveria gente para isso, mas de facto isto mostra é as complicações que existem em contextos de gruta, e não só, mas em particular em contextos de gruta, e o cuidado que é preciso ter na selecção das amostras e na interpretação dos resultados.

Dataram a seguir uma amostra individual de carvalho, e obtiveram 8310 ± 80 BP. Tudo isto do contexto cardial. Obviamente, consideraram esta data também como um resultado que, enfim, não é aceitável e relacionado com a presença de material levado para o interior da cavidade que não tinha nada a ver com a ocupação cardial propriamente dita. Bom, a seguir começaram a datar amostras seleccionadas. Por exemplo excluíram da amostra todos os exemplares de *Pinus nigra* e de *Juniperus*, que são as espécies mais abundantes no Tardiglacial nos níveis magdalenenses subjacentes à ocupação cardial. E começaram a obter resultados consistentes: 6730, 6420.

E dataram também algumas amostras individuais de coisas que são claramente neolíticas, nomeadamente um osso de ovelha. Neste caso, obtiveram 6280, mais recente que as anteriores, e interpretaram a data relacionada com uma migração descendente de um osso que estaria relacionado com a ocupação epicardial para a qual obtêm esta data.

E dataram também, do contexto cardial, carvão de uma lareira, não seleccionada, mas que deu um resultado estatisticamente idêntico àquele, como aliás podem ver.

Como explicar, mesmo excluindo portanto os casos que são contaminação, como a amostra de *Quercus*, a amostra de *Pinus nigra*, etc., que não foi seleccionada e portanto tem *Quercus* e tem *Pinus*, como explicar esta diferença, no mesmo contexto, entre 6280, como estas duas amostras têm, e os 6730 e 6420 de outras amostras? Notem que, destas últimas duas, foi excluído o *Pinus nigra* e os *Juniperus*, mas não foi excluído o *Quercus*, e sabemos que o *Quercus* é provavelmente um elemento herdado neste depósito, dada a data obtida para ele quando datado individualmente.

Ou seja, moral da história, de todo o conjunto de datas na verdade a única que é fidedigna é aquela que é obtida sobre um osso de ovelha. A da lareira provavelmente é também fidedigna, apesar de não ter sido seleccionada, porque vem de um contexto fechado e se deve tratar da queima de ramos finos, ou arbustos, de material lenhoso contemporâneo da ocupação.

Ou seja, afinal de contas, se calhar a cronologia do Cardial em Cendres, e quem sabe se na Cova de l'Or, não é tão diferente, não é tão mais antiga pelo menos, como a indicada pelas amostras de vida curta que temos em Portugal. E tudo indica que quando se datarem, e pelo meu ponto de vista penso que é o que vai acontecer, quando se datarem amostras de semen-

tes, nomeadamente a quantidade enorme que existe na Cova de l'Or, se começarão a obter resultados semelhantes aos que temos recebido para o Almonda, para o Caldeirão e para outros sítios portugueses. [N.B. - o que viria a ser confirmado pela datação directa de amostras de sementes da Cova de l'Or, publicadas em 2001 na revista PNAS].

E digo isto porquê?

Porque, quando estendemos a análise ao conjunto do Mediterrâneo Ocidental, vamos ver que em sítios como Coppa Navigata, tradicionalmente datado de 7800 BP, ou à volta disso, portanto 6700 BC em anos de calendário, quando são datadas não amostras de carvão de madeira, mas amostras de sementes, imediatamente a sua cronologia rejuvenesce 300 anos; ou seja, a mesma história de La Draga. Coppa Navigata não data de 6700 cal BC, data de 5800 cal BC quando a datação é feita sobre semente e não sobre amostras de madeira carbonizada.

Toda a cronologia para a Ligúria, para a Provença, para o Mediterrâneo espanhol está baseada sobre amostras de vida longa e portanto há grande incerteza, do meu ponto de vista, quanto à verdadeira cronologia do Cardial e outras fácies do Neolítico antigo dessas regiões.

De qualquer maneira, é muito claro que, pelo menos na costa atlântica portuguesa, o Neolítico cardial já existe entre 5400-5500 cal BC e, portanto, a velocidade de difusão deste Neolítico, desde o Adriático até ao Atlântico é extraordinária. De facto, admitindo que as datas para o Mediterrâneo central se aguentarão e não virão a ser rejuvenescidas, elas são muito próximas dos valores que temos para a costa portuguesa, o que implica uma velocidade de expansão de cerca de 10 a 20 km por ano, senão mais.

Ou seja, é uma velocidade de expansão rapidíssima, incompatível com modelos difusionistas gradualistas como o da *Vaga de Avanço*, proposto por Ammerman e Cavalli-Sforza. A matemática é muito simples, basta usar as próprias fórmulas que eles aplicaram para concluir que, com um avanço da frente de cerca de 10 km por ano, que, como digo, é um valor mínimo, e admitindo uma taxa de crescimento populacional de 1% ao ano, que é aquele que é credível admitir (3% ao ano implicava uma duplicação da população cada 28 anos, são taxas de crescimento próprias da época industrial), e tendo em conta os valores observados etnograficamente para a expansão de comunidades de agricultores, que nunca ultrapassam 2000 km² por geração, verificamos que este modelo é incompatível com taxas de avanço da frente superiores a 2 km por ano. Nós estamos em 10, pelo menos, e, portanto, a expansão das comunidades agropastoris pelo Mediterrâneo não é um fenómeno gradual de vaga de avanço.

Restam duas hipóteses:

- ou é a adopção pelas comunidade indígenas, autóctones, da agricultura, uma neolitização das próprias comunidades de caçadores-recolectores que adquirem de forma quase instantânea (à escala, pelo menos, da resolução que nos permite o método de radiocarbono) o novo sistema económico;

- ou é um processo de colonização rápida por via marítima, com a produção de enclaves nas zonas deixadas vagas pelo sistema de povoamento mesolítico.

Tenho defendido a segunda posição, e penso que ela é a única forma de explicar o padrão de descontinuidade geográfica combinado com a contemporaneidade temporal que observamos no caso português. É um padrão absolutamente típico de um processo de colonização por via marítima, com a produção de enclaves, obviamente em pequena escala — estamos a falar de comunidades de agricultores primitivos — mas estes fenómenos estão perfeitamente demonstrados e conhecidos noutras partes do globo, a navegação nesta época é uma coisa absolutamente adquirida, basta ver a experiência feita há dois anos por uma equipa checa que, utilizando uma réplica de um barco do Neolítico antigo do centro de Itália, encontrado num lago, vieram até à Expo/98 em Lisboa, em poucas semanas.

Está documentada a colonização das ilhas do Mediterrâneo no início do Holocénico, bem

como a exploração de obsidiana nessas ilhas envolvendo navegações da ordem das dezenas ou centenas de km e, portanto, não estamos aqui a invocar nada de mais e, sobretudo, nada comparável com o que agricultores com o mesmo nível de desenvolvimento tecnológico fizeram na Polinésia, nomeadamente essa proeza absolutamente inacreditável que foi a colonização da Ilha da Páscoa, que mete num chinelo a chamada proeza dos navegadores portugueses dos séculos XV e XVI.

Com isto, tenho dito, e penso que, para concluir, no que diz respeito ao território português, o que seria desejável, num futuro imediato (e isto aplica-se também ao Mediterrâneo ocidental), e ainda no mesmo espírito positivista de tentar resolver através comprovação, confrontação com os dados empíricos das dúvidas que subsistem, residiria na datação individual dos restos de animais domésticos que apareceram na Cabranosa e no Padrão e, obviamente, aplicar o mesmo método à datação de sementes e de restos da Cova de l'Or, da Cova de Sarsa e de todos os sítios clássicos do Mediterrâneo francês.

Só assim poderemos medir com exactidão a velocidade com que se deu este processo e, sem o fazermos, sem termos estes dados com clareza absoluta, penso que o problema básico está bem definido, não podemos avançar muito mais na interpretação e nos modelos sobre aquilo que realmente aconteceu.

VSG

Portanto, sintetizando muito rapidamente a posição que foi avançada pelo Prof. João Zilhão, estamos perante dados que, como ele defende, apontam para uma neolitização do Mediterrâneo central e ocidental num período mínimo de tempo, num período realmente curto. Um processo de neolitização fulgurante. E de acordo com a opção metodológica que ele próprio definiu com rigor, o que se passou foi de facto um fenómeno de colonização específica e não um fenómeno de aculturação.

Isto resume, creio eu, ainda que de forma algo esquelética, a posição que o Prof. João Zilhão defendeu. Vou assim dar imediatamente a palavra à Dr.^a Joaquina Soares.

JOAQUINA SOARES

O modelo de neolitização que defendemos e a sua base empírica foram apresentados noutra sessão deste Colóquio. Mas voltarei, muito rapidamente, a mostrar o esquema.

A primeira intervenção, de João Zilhão, trouxe-nos dados novos, um pouco surpreendentes, como por exemplo o de estarmos na iminência de assinalar no litoral Sudoeste a existência de um Mesolítico cerâmico! Para o Vale do Sado, sim, possuímos evidências de um provável Mesolítico final com cerâmica. Uma fase de transição entre Mesolítico e Neolítico antigo, muito difícil de designar e delimitar.

A propósito desta questão, é importante que se sublinhe a existência de sítios mesolíticos no Vale do Sado onde a cerâmica não surge somente à superfície, não aparece como uma realidade desligada dos níveis mesolíticos. Em Amoreiras, por exemplo, foi registada cerâmica impressa, com cardial, desde a base do concheiro. No sítio do Cabeço do Pez, surgiram cerâmicas impressas e incisas associadas a uma indústria lítica nitidamente de filiação mesolítica, desde os níveis médios. Em ambos os sítios não aparecem indícios de domesticação, nem de animais, nem de plantas.

Estes concheiros apoiam, em parte, a ideia de uma neolitização protagonizada pelas próprias populações mesolíticas regionais, que adoptaram do “pacote neolítico” apenas o que lhes interessava, o que era importante para a sua subsistência. No Vale do Sado, a cerâmica terá sido, pois, a primeira das inovações neolíticas adoptadas. Isto não significa que não tivessem acesso às espécies domésticas, mas tão somente que as mesmas não lhes convinham.

Um Mesolítico cerâmico no litoral Sudoeste não possui, por agora, qualquer suporte material. Não tenho tantas certezas como o João Zilhão; aliás a minha postura epistemológica é um pouco diferente da dele: eu não acredito em relações de causa - efeito lineares e mecanicistas. Prefiro considerar relações de tipo estocástico. As hipóteses em que assento o meu modelo de neolitização são, obviamente, provisórias e será o desenvolvimento da investigação que ditará a sua robustez ou fragilidade.

Também não vou enfatizar um domínio que João Zilhão muito desenvolve, o da Antropologia Física, porque costumo deixar as matérias da especialidade para os especialistas. No entanto, a informação de Antropologia Física que me chegou, por via normal, publicada, de Mary Jackes e de Meiklejohn aponta para a continuidade Mesolítico-Neolítico. Este autor estudou os ossos humanos das grutas de Melides, do final do Neolítico médio, e chegou à conclusão que, do ponto de vista biológico, se tratava de populações afins das que viveram nos concheiros de Muge. Não encontrou, pois, diferenças biológicas significativas entre a população neolítica de Melides e as populações mesolíticas do Vale do Tejo.

Mary Jackes, no que respeita à comparação entre um esqueleto da Samouqueira, com uma datação do Neolítico antigo, e as ossadas humanas de Muge, chega à mesmíssima conclusão: inexistência de descontinuidade genética entre as populações mesolíticas de Muge e as populações neolíticas.

Vou passar a mostrar as cerâmicas, as indústrias líticas e as estruturas de *habitat* de Vale Pincel I.

Estamos num povoado assente sobre areias, onde a matéria orgânica é muito rara, devido à acidez do solo e à intensa lixiviação, estrangimentos que colocam grandes obstáculos à reconstituição da economia e à obtenção de datações radiométricas.

Apesar das limitações atrás referidas, é importante sublinhar que, para este povoado, se obtiveram as mais credíveis datações radiocarbónicas actualmente disponíveis para o Neolítico antigo da Costa Sudoeste.

Os contextos datados foram duas lareiras, em fossa (Estruturas A20 e D19), meios particularmente favoráveis à conservação de carvão graças ao facto de terem sofrido uma intervenção de rejuvenescimento. As cinzas e os carvões da primeira fase de funcionamento das lareiras foram cobertos e protegidos da erosão e da lixiviação por novo enchimento de seixos rolados. As datações incidiram sobre amostras de carvão recolhidas nessas lareiras, carvões pertencentes aos táxones *Arbutus unedo*, *Pistacia* sp. e *Rhamnus-Phillyrea*.

A primeira fase de utilização da lareira A20 forneceu a amostra ICEN-724, para a qual se obteve a data de 6700±60 BP; calibrada a 2 sigma: 5669-5448 a.C. É a mais antiga. Eis o espólio associado: cerâmica impressa, de pasta muito friável, com elementos não plásticos abundantes e maiores que 1mm e superfícies castanho-avermelhadas (fabrico A); crescente em sílex. Cerâmica impressa e crescentes constituem uma associação comum em sítios do Neolítico antigo da Costa Sudoeste.

A segunda estrutura datada, D19, a partir da amostra ICEN-723 (6540±60 BP, calibrada a 2 sigma, 5574-5331 a.C.), forneceu, igualmente, artefactos característicos do Neolítico antigo da Costa Sudoeste: cerâmica impressa de fabrico A e indústria lítica lamelar, de tradição mesolítica; atenda-se à lamela de dorso representada.

Perante os dados apresentados, não compreendo as reservas colocadas por J. Zilhão, que por outro lado aceita, incondicionalmente, a datação proveniente de Cabranosa, obtida a partir de amostra de contextualização problemática.

Vamos agora rever uma estampa de materiais de Vale Pincel I (Fig. 2): lamelas de tipo *Montbani*, com intenso lustre de cereal; trapézios de base menor retocada; crescentes; flecha transversal. Esta indústria lítica, que marca o início do Neolítico antigo, embora de tradição

mesolítica não pode ser confundida com a desse período. Associa-se a cerâmica com decoração plástica, impressa a punção, excepcionalmente cardial, a elementos de mós e a escassa utensilagem em pedra polida.

Estamos a falar de um Neolítico antigo que se encontra representado não só em Vale Píncel I, mas também na Samouqueira. A estes prováveis acampamentos de base, juntam-se sítios de economia de curto espectro como Oliveirinha, Medo Tojeiro e Castelejo, entre outros, e ainda os habitats da região de Sagres (Padrão e Cabranosa). Em suma, falamos de um Neolítico antigo com expressão regional.

As datas obtidas para Vale Píncel I encontram-se em consonância com as datações de Medo Tojeiro, Padrão I e Cabranosa.

Não me parece defensável a ideia de um enclave mesolítico no litoral Sudoeste, limitado a sul e a norte por “colonos neolíticos, desembarcados em Sagres e no Tejo”. É uma teoria como qualquer outra, poder-se-á dizer. Pela minha parte, acho que deve haver o cuidado de confrontar as propostas teóricas com as realidades arqueológicas. Como exemplo extremo da descolagem que importa evitar, cite-se o “horizonte de cerâmica cardial”, criado por João Zilhão para a gruta do Caldeirão, a partir de um único vaso cardial!

Definidos os critérios e a base empírica de partida, sem distorsões premeditadas, não importa os nomes que se queiram dar às coisas, mas inventar um Mesolítico para Vale Píncel I, no estado actual dos conhecimentos, tanto pode ser uma atitude de ousadia, quase sempre louvável, como uma postura de grosseira desonestidade intelectual.

Voltando ao modelo de neolitização que defendo, como já antes afirmei, concebo-o como um processo de mudança levado a cabo pelos grupos mesolíticos regionais, não em “regime autárcico”, obviamente, mas aberto à assimilação de elementos exógenos, nomeadamente as espécies domésticas. As inovações económicas e tecnológicas foram, porém, adoptadas de forma selectiva, através dos filtros socio-culturais das comunidades mesolíticas e de acordo com as suas necessidades concretas de subsistência.

A primeira fase da adopção de inovações neolíticas não marca uma ruptura com o Mesolítico. Daí a nossa dificuldade em classificar, por vezes, certos sítios, num período ou noutro. Há elementos que são adoptados e integrados na sociedade mesolítica sem alterar drasticamente, nesse primeiro momento, o modo de vida dominante. As comunidades do final do Mesolítico estariam já em processo de intensificação económica, resultante da pressão demográfica que a semi-sedentarização então ocorrida terá desencadeado.

O primeiro estabelecimento especializado no marisqueio (Pedra do Patacho) surge na Costa Sudoeste logo por volta de 10 000 BP. Esta ocorrência pode ser lida como indício de desequilíbrio demográfico-ecológico; as fontes alimentares tradicionalmente exploradas pelas populações epipaleolíticas (os recursos cinegéticos) começavam a escassear. Neste cenário, é explicável a dilatação do espectro de alimentos consumidos. Regista-se, então, uma valorização dos recursos marino-estuarinos, sobretudo pelo facto de serem estáveis, abundantes e acessíveis.

Mas é a partir do Boreal, há cerca de 8000 BP, que podemos ler no registo arqueológico uma litoralização do povoamento.

A partir do final do Mesolítico, no Atlântico, há volta de 7300-7100 BP, surgem acampamentos de base, de ar livre, perfeitamente visíveis na paisagem, com elevada densidade de artefactos, com estruturas de habitat diversificadas, enterramentos *intra-habitat*, silos de armazenamento, como é o caso de Moita do Sebastião. São estes acampamentos de base que melhor caracterizam o Mesolítico e revelam indícios de semi-sedentarização. Esta favorece o crescimento demográfico e o aumento das sociabilidades. Por outro lado, o crescimento demográfico terá desencadeado um processo de instabilidade demográfico-ecológico.

ca e a necessidade de intensificar os processos económicos. O armazenamento, como nós o entendemos, representa um tímido passo no sentido da intensificação, tal como sucederá, de forma mais afirmativa, com a agricultura e a criação de gado, em meados do VI milénio a.C.

Esquemáticamente, esta é a lógica subjacente ao processo de neolitização que defendemos.

Vou mostrar só mais uma imagem com a localização das jazidas referidas. Como notam, o que se define é um corredor de sítios que quase sempre se sobrepõem e/ou justapõem nos períodos Mesolítico final e Neolítico antigo. Estas são as evidências. Não consigo ver neste mapa ilhas neolíticas, ou ilhas mesolíticas!

De facto, é cada vez maior o número de testemunhos da ampla e continuada circulação de gentes e informação, na transição para o Neolítico, através do corredor litoral que se estende a sul do Sado, até Sagres. Integrando inovações económicas e tecnológicas, informação e saber-fazer, por osmose cultural, de *proche en proche*, ou vizinhança, com provável recurso à exogamia, as populações do Mesolítico final construíram o seu próprio modo de vida neolítico, perfeitamente reconhecível à luz do ambiente cultural da bacia do Mediterrâneo ocidental.

Muito obrigada a todos, fico à vossa disposição para qualquer questão.

VSG

Numa leitura esquemática, o que acabamos de ouvir, segundo a Dr.^a Joaquina Soares e o seu colaborador Carlos Tavares da Silva...bem, presumo que apesar de este ter estado calado é da mesma opinião...

CTS

Sim! sim!

VSG

Bem, segundo a posição que acaba de ser apresentada e defendida, as comunidades mesolíticas teriam, ao contrário do que inicialmente terá percebido o Prof. Nuno Bicho, absorvido elementos técnicos externos e teriam evoluído nas suas formas de marisqueio específicas em direcção a um tipo de vida em que estariam integrados ainda elementos próprios das comunidades mesolíticas...

JZ

Eu só queria fazer uma pergunta. Se a Joaquina não se importasse de pôr o acetato com o corte da lareira que foi datada. Qualquer uma delas. As amostras vêm desse nível escuro mais abaixo, da base. Pode-me indicar aí exactamente qual foi o ponto onde encontrou o fragmento de cerâmica cardial?

JS

A cerâmica e as peças líticas vieram desta camada.

JZ

Tem alguma fotografia? Daí? Não tem!

JS

A cerâmica que acabou de ver veio exactamente do topo desta camada.

Z. ZILHÃO

Ah! do topo!

JS

Veio exactamente do topo desta camada. Está a ver este asterisco, que se refere à datação? A cerâmica e as peças líticas vieram desta zona. Está agora a ver aqui estes termoclastos?... Os termoclastos marcam, encerram aquele nível. A cerâmica e a indústria lítica estavam abaixo da primeira fase de abandono.

JZ

Portanto, interpreta a cerâmica e a indústria como associada a esse momento de combustão. Portanto a cerâmica e a indústria estavam queimadas?

JS

Estão.

JZ

Disse que é muito friável a pasta? Não parecia que tivesse sofrido qualquer...

JS

A cerâmica quase que se esboroa.

JZ

Pergunto eu. Essa cerâmica impressa, que disse cardial, que disse estar associada, julgo que por uma questão de seriedade intelectual temos de determinar...

CTS

Não é cardial! É impressa não cardial.

JZ

Essa cerâmica impressa não cardial que mostrou...

CTS

É simples. A cerâmica vem do nível carbonoso de onde vem a amostra de carvão que foi data-da de meados do VI milénio.

JZ

Bem, não é assim que eu interpreto o que disse a Joaquina, mas está bem.

JS

Vamos ver.

CTS

A não ser que assumamos uma atitude de falsidade intelectual.

VSG

Carlos e Joaquina...

JS

Não, não. Eu só queria esclarecer isto. É fundamental que isto fique esclarecido, eu faço mesmo muita questão. Sinceramente faço muita questão. Os fragmentos que passaram, os diapositivos não dizem respeito aos dois fragmentos de cerâmica das lareiras.

JZ

Ah! Eu bem entendia que não!

JS

Eu passei aqui diapositivos de três fragmentos de cerâmica que não vêm da lareira. Os que vêm da lareira são estes. Os que vieram foram este e aquele.

JZ

Não tem diapositivos desses fragmentos?

JS

Não tenho. E aquela é uma cerâmica extremamente friável. E de facto aquilo foi tão alterado pelo fogo que inclusivamente o desenho teve de ser feito com muito cuidado, são fragmentos que temos de manusear com muito cuidado, porque se desfazem, percebe? Mas como vê é cerâmica impressa não cardial, a punção, que aliás é o tipo mais comum em Vale Pincel I.

JZ

E não tem nada que ver com as datações obtidas...

JS

Pois. O cardial surge de forma minoritária.

JZ

Não me surpreendeu absolutamente nada, só queria era clarificar esses dados. Porque obviamente tudo o que acabou de dizer reforça o ponto de vista que eu tenho defendido para Vale Pincel.

É que em Vale Pincel, há um palimpsesto. Obviamente que Vale Pincel não é um sítio puramente mesolítico. Há um palimpsesto, em que há vestígios de uma ocupação mesolítica que estão misturados com esses artefactos e esses níveis de ocupação do Neolítico muito mais tardio, portanto do Neolítico pós-cardial, epicardial. No fundo, tudo o que acabou de mostrar em relação a esse sítio tão extenso penso que confirma esse ponto de vista. Mas eu não quero continuar com esse debate, porque já escrevi sobre esse assunto e acho que, enfim, competirá agora a quem tem uma opinião diferente refutá-lo nos mesmos termos. Acho que não podemos avançar muito nesse debate, percebe?

JS

Mas eu quero dizer mais alguma coisa. Se seguirmos um raciocínio matemático, concluímos que só escavamos palimpsestos. Porque se pode dividir o tempo até ao milionésimo de segundo e, tendencialmente, até uma fracção infinitamente pequena. Quando se forma um nível arqueológico, corresponde-lhe uma duração temporal que é o somatório de momentos, de minutos, de dias, semanas, etc. Nós só escavamos palimpsestos, no sentido teórico do termo. Mas temos de ser práticos, e reconhecer que há palimpsestos e palimpsestos. A realidade datada em Vale Pincel I é constituída por lareiras, estruturas de curta longevidade. Se

me dissesse que no exterior das mesmas existe um palimpsesto que pode ter durado 200 anos, eu estaria completamente de acordo. Mas o que veio daquelas lareiras nunca poderia ter durado 200 anos! O tempo útil de uma lareira, toda a gente sabe qual poderá ser. O contexto datado são os centímetros iniciais do seu enchimento, que para além do mais estão selados. Nos dois casos, as lareiras foram rejuvenescidas através de acréscimo de nova camada de seixos rolados. O que nós datámos foram os carvões aprisionados por esta segunda camada de seixos rolados. Trata-se, em suma, de dois contextos fechados, que não estiveram expostos à erosão ou a contaminação. Permaneceram intactos até ao momento em que levantámos o empedrado superior das lareiras e recolhemos os carvões, bem como a cerâmica e a indústria lítica associadas. Eu acho estranho...

JZ

As lareiras estão datadas...

JS

E então?

JZ

Já escavei sítios, e está aqui o Nuno Bicho que também conhece esses sítios, onde aparece cerâmica da Idade do Bronze por baixo da lareira datada de 12000, em contextos aparentemente não perturbados. As lareiras estão datadas, têm 12000 anos, a indústria associada a elas é madalenense e em níveis subjacentes, e estamos a falar de sequência com 2 e 3 cm, aparece cerâmica da Idade do Bronze. Já aconteceu.

Acontecer isto em depósitos deste tipo é extremamente comum. Em Vale Pincel há duas lareiras datadas, é tudo. Daí a dizer que dois fragmentos de cerâmica muito friável, que aparecem num nível superficial, estão a datar todo o Neolítico da Costa Alentejana, vai um passo que não é possível dar-se com seriedade. É só isso que eu tenho a dizer.

VSG

...mas o que é que nós fazemos no meio desta confusão?!

JS

Victor, desculpa, mas há aqui, falta de seriedade científica. Vamos lá com calma. Muito rapidamente, é isto: o que estamos a datar são as lareiras, o que estamos a datar são aquelas cerâmicas impressas não cardiais que surgem dentro da lareira, ainda sujas de areia acinzentada e dos carvões aderentes, e a indústria lítica associada. É o que nós estamos a datar. São duas lareiras. E com isto não datamos o Neolítico antigo de Vale Pincel. E depois verificamos que as datações obtidas no Cabo de S. Vicente são exactamente correspondentes às de Vale Pincel 1...

ANTÓNIO MONGE SOARES

A mim parece-me que se está a elaborar um erro. Porque peço desculpa de não concordar com a Joaquina, o que se esteve a datar não foi a lareira. O que se esteve a datar foram carvões que provêm não se sabe de que árvore. Se eu quando fiz aqui a minha exposição, trabalhando com conjunto de datas, causei um certo escândalo, pelo menos em alguns colegas, repito que dizer 5500 ou 5400 anos não me repugna nada. Que haja cem anos a mais ou a menos, quando falamos de duas datas de radiocarbono...como já disse, “uma data não são datas”. Repare que o que o João disse foi que as datas obtidas de carvões para contextos de

Neolítico antigo normalmente vêm mais antigas 100, 200, 300 anos que a realidade. No seu caso, tem duas lareiras, foram datados carvões dessas lareiras e um, se eu bem me recordo, deu 6700 e o outro deu 6500. Portanto, até se pode dar o caso das duas lareiras serem contemporâneas, embora haja esta diferença. A idade que nós datamos não é o momento em que se fez a lareira, não haja essa confusão, o que nós datamos foi anéis de árvores que podem ter 100, 200 ou 300 anos, ou podem ser da altura, se estivermos a datar ramagens.

Mas como penso que estão actualmente a escavar Vale Pincel 1, teremos oportunidade daqui a uns meses de discutir isso definitivamente.

CTS

Eu não posso deixar de voltar de novo a Vale Pincel, porque sou um dos escavadores de Vale Pincel. E penso que a questão de Vale Pincel tem de ser vista como é vista a Cabranosa ou como é visto o Padrão. A data da Cabranosa veio de uma lareira. A data do Padrão veio de outra lareira. Por sinal, em qualquer dessas lareiras não havia materiais como nestas e contudo...

JZ

Havia animais domésticos...

CTS

Mas o que foi datado foram conchas. E portanto se se aceita uma data da Cabranosa e uma data do Padrão, não sei porque é que não se hão de aceitar as datas de Vale Pincel, ou é uma atitude preconceituosa, que eu considero inadmissível, ou não percebo...

É evidente que eu estou de acordo com o Monge Soares. As datas que nós temos são dos carvões. No entanto, o João Zilhão foi bem claro quando disse que na Cova de los Cendres, precisamente uma das poucas datas aceitáveis era a que vinha da lareira, porque se tratava exactamente de uma lareira. E porque nas lareiras normalmente são utilizadas ramagens de arbustos, não vão abater um carvalho de 200 anos para concerteza fazer fogo numa lareira.

Agora, voltando à questão do que se data. É evidente que são os carvões. Mas esses carvões estavam inseridos numa lareira perfeitamente fechada. Note-se que ela estava escavada na camada 3, que é arqueologicamente estéril, não havia portanto a possibilidade de existir material que penetrasse nesta lareira e eu não estou absolutamente de acordo com a Joaquina. É que esta data pode não corresponder de facto exactamente à data da cerâmica. Podemos, num limite, admitir que a cerâmica é até mais antiga, agora mais recente é que não pode ser.

Portanto, eu penso, e para usarmos os métodos que usamos normalmente, que estes testemunhos são tão válidos como quaisquer outros que nós manipulamos habitualmente quando fazemos arqueologia. Não podemos é distorcer os dados à medida dos nossos modelos.

Posto isto, tenho várias questões a pôr ao João Zilhão, a propósito da sua comunicação. Começo pela questão do Neolítico cardial. O J. Zilhão utiliza a designação de Neolítico cardial como sinónimo de Neolítico antigo para o caso português. Eu penso que não é legítimo falar, no actual estado dos nossos conhecimentos, de um Neolítico cardial. Quando muito, será legítimo falar de um Neolítico com cardial. Porque a verdade é que o cardial é por sistema minoritário, ainda que não conheça o que se passa com a Gruta da Nascente do Rio Almonda, porque não está publicado. Mas tudo aquilo que nós sabemos até este momento, incluindo Sagres, incluindo a própria Cabranosa, é que o cardial aparece sempre numa reduzida percentagem. E isto não pode ser, evidentemente, posto em pé de igualdade com o que

é usualmente designado por Neolítico cardial no Levante Espanhol e no Midi, no Sul de França. Não podemos! No Sul de França, o cardial aparece em percentagens da ordem dos 40, 60, 70%. Nós aqui estamos a lidar com cardial na ordem dos 2, 3, 4, 5%, quando muito. Portanto começamos por aí. E isso pode ter um significado real. Isso não significa necessariamente que o nosso Neolítico antigo seja mais antigo. Pode significar precisamente que o nosso Neolítico antigo não resultou de um processo de colonização, como o João Zilhão pretende, mas de facto de um processo evolutivo através de uma osmose cultural, onde a exogamia, como a Joaquina citou por exemplo, podia ter tido um papel preponderante.

E a antropologia mostrou já que esses processos não são assim tão lentos como se pensa. Um processo destes pode, desde o Levante até aqui, demorar 100 anos ou menos, desde que as comunidades mesolíticas estejam aptas a receber, devido ao desenvolvimento interno da respectiva formação social, as alterações inerentes ao processo de neolitização, ou seja a agricultura, a criação de gado, a cerâmica, etc. ou apenas alguns destes elementos, de acordo com as necessidades concretas de cada uma dessas comunidades.

Portanto não vejo que seja necessário possuímos um Neolítico cardial para termos um Neolítico antigo. O Prof. J. Zilhão, em dada altura, referiu o facto da cerâmica de Vale do Sado integrar apenas os níveis superficiais. Aliás, nem falou em níveis: à superfície dos concheiros de Vale do Sado. Mas eu creio que a Joaquina já referiu isso, acontece que o Cabeço das Amoreiras e o Cabeço do Pez forneceram cerâmica; no Cabeço das Amoreiras, inclusivamente, apareceu cerâmica cardial, desde a base do concheiro.

Fiquei com a noção de que o João Zilhão identifica concheiro com Mesolítico, daí talvez a sua tendência para considerar as jazidas da Costa Sudoeste como pertencentes ao Mesolítico. Ora isto, francamente, é extremamente redutor. Não sei porque hão de ser só os mesolíticos a produzirem níveis conquíferos. Eu, na Costa Sudoeste, conheço níveis conquíferos da plena Idade do Bronze, e mesmo níveis exclusivamente conquíferos. Até islâmicos...

VSG

Mais dois minutos para o João Zilhão responder...

CTS

...mas ainda quanto à questão da antropologia, é conhecida a posição de Lubell e da Mary Jacques, que têm estudado de forma aprofundada o material de Muge, e eles defendem a ausência de descontinuidade entre o Mesolítico e o nosso Neolítico.

Quanto às descontinuidades que o João Zilhão encontra, essas descontinuidades são, evidentemente, de natureza cultural. Não é por acaso que falamos de Neolítico. Pois é claro que o Neolítico corresponde a um outro modo de vida e o João Zilhão fica muito admirado por verificar que as comunidades do Neolítico têm comportamentos diferentes das do Mesolítico. Pois é óbvio! Pois se elas estão num outro estágio de desenvolvimento social e económico, têm que apresentar um outro modo de comportamento.

Aliás, toda a proposta que eu e a Joaquina fazemos reside exactamente no desenvolvimento social, das formações sociais autóctones. Esta questão de nós não perfilharmos o difusionismo, no sentido mais puro do termo, tem a ver antes de mais com uma questão metodológica. É que por princípio metodológico sou contrário a explicarmos, numa primeira análise, seja o que for recorrendo a factores externos. É evidente que é muito mais fácil nós explicarmos a origem do homem recorrendo a processos divinos ou a extra-terrestres [risos]. É muito mais complicado recorrermos aos processos dinâmicos, internos de todo o desenvolvimento geral da matéria. Isso é muito mais difícil. Eu aposto de facto nesta metodologia.

Enquanto não esgote todos os meios que tenho ao meu alcance para explicar a transformação de uma formação social noutra formação social não recorro a causas exógenas.

Há aqui uma diferença de ordem metodológica e teórica.

Teria mais questões a pôr, evidentemente, mas há outras pessoas que querem falar...

JZ

Não me fizeram propriamente perguntas, portanto não tenho muito que responder. A única coisa a que posso responder é a uma questão que foi levantada à qual pode ser dada uma resposta de ordem matemática, e em relação à qual não pode haver dúvidas, que é a que diz respeito às percentagens de cerâmica cardial. Na Cabranosa, em seis vasos, um está fora de contexto, dos outros cinco, dois são vasos com decoração cardial. Dois em cinco, pelas minhas contas, é 40%.

CTS

Dois em cinco, 40%? Desculpe mas não está a fazer bem as contas...

JZ

Não? Então faça lá!

CTS

Está bem, está bem...

JZ

Quando eu andava na instrução primária era assim, não sei se entretanto a matemática mudou. Eu acho que em relação a este assunto não há argumentação possível e portanto 40% não é uma percentagem mais baixa que 30%.

JS

Está outra vez a enviesar as contas...

JZ

Eu? Está aqui o João Cardoso que pode falar sobre isso, portanto ele poderá esclarecer a questão...

JOÃO LUÍS CARDOSO

Nós falamos depois sobre isso...Só há cinco vasos reconstruídos, mas há fragmentos de outros.

JS

São alguns 18 vasos, como é que só se fala de cinco?

JZ

Porque alguns não têm decoração cardial na parte que está visível...

[*Confusão geral, impossível de transcrever, em que todos os intervenientes falam sobre vasos, bordos e decorações cardiais e riem simultaneamente*]

ANA CRISTINA ARAÚJO

Só se entretanto foram roubados alguns ... O que eu queria perguntar é como é que Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva explicam, no quadro do seu modelo, um dado que é segu-

ro: o da existência de uma contemporaneidade efectiva entre comunidades de caçadores-recolectores mesolíticos e comunidades de agricultores, que ocuparam de facto nichos ecológicos distintos.

Outro aspecto que eu quero referir é o da presença de cerâmicas nos concheiros tanto do Sado como do Tejo. Vou falar mais da questão do Sado, porque me tenho debruçado ultimamente sobre estes concheiros; não vou fornecer elementos novos, mas acho que devemos acabar definitivamente por utilizar esse argumento, já que não temos a certeza se de facto as coisas se passaram assim.

Eu já discuti com o José Arnaud em relação às Amoreiras, e o mesmo confirmou a presença de cerâmicas neste concheiro, no topo, nos níveis subjacentes não sei. Do que tenho estado a verificar, revendo os materiais escavados por Manuel Heleno, é que não é assim tão linear. Parece-me efectivamente que a pouca cerâmica que existe vem de facto (nem vou falar em níveis superiores) da superfície, e está associada a materiais que do ponto de vista tipológico são diferentes do resto do material mesolítico. São, nomeadamente, peças debitadas a pressão, com tratamento térmico e, como já referi a propósito da experiência realizada com o estudo de Poças de S. Bento, o exercício de analisar os materiais sem ter em conta a respectiva proveniência, separando, do resto da colecção, tudo aquilo que me parecia diferente, resultou na constatação de que este mesmo material, considerado por mim diferente, e mais recente, provinha, afinal, da superfície. E, portanto, acho que devemos deixar de utilizar definitivamente este argumento, porque nenhum de nós que aqui está sabe quais são as condições de jazida das cerâmicas que eventualmente apareceram nos concheiros do Sado.

Acho que devemos ter cuidado. Todos nós.

NUNO BICHO

Eu tenho duas ou três coisas a dizer, e que são o seguinte: em relação ao que disse o João Zilhão sobre as lareiras e fragmentos de cerâmica, de facto no CPM há uma lareira datada de 12 000 e há um fragmento cerâmico aí com 10 cm de tamanho, portanto bastante grande, abaixo do nível da lareira. Não está exactamente por debaixo da lareira, mas está próximo. E é um nível de artefactos de Paleolítico bastante denso. Eu, de facto, e de novo aqui, também concordo com o João Zilhão, parece-me que o modelo dele se aplica perfeitamente à região da Estremadura. Mas não me parece que o modelo dele se aplique à região Sudoeste.

Entretanto, há dois dias, estivemos a conversar e vimos vários sítios, há uma série de novas datações, há novos sítios de que não falámos claramente, onde se vê o Mesolítico e o Neolítico no mesmo local. Portanto, há continuidades, pelo menos de sítio, entre os dois períodos. Há também, aparentemente, uma continuidade do ponto de vista da subsistência e da exploração dos recursos locais e talvez regionais. Agora é necessário dizer-se que esta informação não é suficiente para provar um modelo ou outro. Porque a informação não é ainda imensa e eu acho que os vários sítios que existem, explorados, analisados de novo com novas datações, poderão de facto vir mostrar uma direcção ou outra.

VSG

Encerrada esta primeira parte, Joaquina Soares pode então responder à questão que a Ana Cristina Araújo colocou.

JS

Vou então responder à Ana Cristina Araújo, já que o Nuno Bicho afinal não colocou nenhuma questão.

A história do desenvolvimento a duas velocidades, ou a questão da coexistência de grupos ainda mesolíticos e grupos já neolitizados. Pois eu penso que apesar de tudo nós estamos a trabalhar com regiões muito reduzidas. O litoral sudoeste é uma região do ponto de vista geomorfológico muito homogénea, mas se fizermos um esforço para pensar na escala de mobilidade territorial das sociedades de caçadores-recolectores, vemos que a Costa Sudoeste não é uma área assim tão grande para comportar situações muito diversificadas.

Em todo o caso, penso que essa questão é muito interessante e que precisamente a observação entre o que se passa no litoral sudoeste e no vale do Sado pode suportar de alguma forma a ideia de um desenvolvimento a duas velocidades, numa fase final do Mesolítico, com um litoral aberto à mais rápida assimilação das inovações neolíticas e um vale do Sado a fazer uma filtragem maior das mesmas inovações. Talvez porque aí o equilíbrio demográfico-ecológico se tivesse mantido.

Como todos sabemos, uma zona estuarina como a do Sado, em que o estuário ia um pouco para montante de Alcácer do Sal, até à Barrosinha no mínimo, é extremamente rica do ponto de vista biológico. É possível que aí, porque não havia a necessidade de intensificação económica de uma forma tão premente como no litoral, o sistema de subsistência do Mesolítico final se tenha mantido durante mais tempo, logo terão assimilado somente a cerâmica.

Segunda questão, as Amoreiras e o Cabeço do Pez. No caso do Cabeço do Pez, os elementos estratigráficos que nós usamos são os das escavações de Manuel Heleno. E são escavações antigas, nós usámos os cadernos de campo a que tivemos acesso na altura, mas em todo o caso há uma certa lógica que nos leva a aceitar sem dificuldade o aparecimento da cerâmica nos níveis médios do concheiro. Ela surge nos níveis médios e nos níveis superiores. A indústria lítica da base para os níveis médios também evoluciona, evolui no sentido do aparecimento dos trapézios de base menor retocada, crescentes, etc.

Eu agora não tenho presente, peço imensa desculpa, a questão do retoque plano, mas de um modo geral, quando estudei a indústria lítica dessa jazida, pareceu-me bem a sua associação com a cerâmica nos níveis médios do concheiro, embora tivesse reconhecido que a indústria lítica era de matriz mesolítica.

Só mais isto: nas Amoreiras, nós seguimos as escavações de Morais Arnaud. Ele publicou as cerâmicas que aparecem logo a partir da base e indústrias líticas, onde dominam aliás os crescentes.

Quando estive no MNA, a rever os materiais do concheiros das Amoreiras, encontrei cerâmica também impressa. Esta aparecia nos níveis médios.

Daí eu há pouco ter falado só nos níveis médios. Mas de facto o Morais Arnaud dá a presença da cerâmica logo desde a base. E é isso que ele publicou.

ACA

Há um aspecto importante que tem a ver com a condição de formação dos concheiros. Acontece que nós temos estratigrafias horizontais, são sítios que são sistematicamente ocupados. O que acontece é que vai havendo acumulação de conchas, há uma estratigrafia horizontal. Num determinado ano, vão para lá, há uma acumulação de conchas, no ano seguinte, dois anos, três anos, não interessa, há outra acumulação de conchas, vai-se formando uma estratigrafia horizontal. As cerâmicas são ocupações desses locais, posteriores, não nas tais pequenas colinas artificiais, e o que acontece depois é que há uma homogeneização do terreno e as cerâmicas acabam por se misturar com os níveis com concha e isso é um aspecto extremamente importante quando se analisa as cerâmicas que aparecem em contextos mesolíticos.

Porque, de facto, o que nós encontramos é essa estratigrafia horizontal, são pequenas ocupações ao longo de um determinado período de tempo. Há ocupações posteriores que são realizadas à superfície, depois há uma homogeneização e nós vamos encontrar restos dos comportamentos dessa comunidade de agricultores misturados com os restos das comunidades mesolíticas que se formam em colinas artificiais.

JS

Desculpe, mas o que acabou de dizer é válido para a cerâmica, para a indústria lítica, é válido para a fauna. Nessa lógica, nós tínhamos sempre tudo misturado...

VSG

Eu acho que é inútil prolongar a discussão sobre este ponto, porque a Ana Cristina Araújo colocou...

JZ

...O Manuel Heleno escavou com níveis artificiais horizontais de 25 cm de espessura. Este era o método que ele utilizava. Quem já viu um corte dos concheiros do Sado sabe que há montículos de conchas e nos intervalos das conchas há terra castanho escuro e é aí que de vez em quando aparecem materiais neolíticos. Como o Heleno escavava tudo em níveis horizontais, naqueles talhões que ele abria a única identificação dentro do talhão é a de 25-50, por exemplo e a 25-50 ele apanhou concheiro, apanhou zona entre duas concentração de concheiro e na gaveta do Museu isso aparece tudo como os níveis médios ou os níveis de base ou os níveis de cima, que têm a ver simplesmente com a cota, mas não com a estratigrafia.

Porque a estratigrafia dos concheiros não é uma estratigrafia de camadas horizontais que se sobrepõem umas por cima das outras, é tão simples como isto.

CTS

Posso pronunciar-me? Quando eu a Joaquina e o Dr. Farinha dos Santos publicámos o Cabeço do Pez com base nos cadernos de campo do Manuel Heleno, porque tivemos consciência do aspecto que o João Zilhão acabou de referir, tivemos exactamente a preocupação de publicar exclusivamente um talhão reduzidíssimo, que tinha 2x2m, e onde, pelos cadernos de campo, havia uma sequência fidedigna, com níveis realmente conquíferos. E aí a cerâmica aparece logo a partir dos níveis médios. É verdade o que ele diz, do ponto de vista genérico, mas não pode ser aplicado exactamente ao caso que foi publicado.

Não podemos é continuar a dizer que a cerâmica veio de níveis superficiais. Isso é que não pode ser. Podemos, quanto muito, enfim, dizer que temos dúvidas.

VSG

E assim, com dúvidas, como é felizmente habitual, acabamos...

Megalitismos...

VICTOR S. GONÇALVES

Uma das questões que tenho várias vezes sublinhado diz respeito, justamente, à enorme ligeireza e talvez alguma arrogância que se verifica em alguns investigadores portugueses do megalitismo e que consiste na associação imediata entre espaços da morte e lugares de habitação.

Há realmente situações extraordinárias e nós vimos nas escavações que foram apresentadas pelo Artur, justamente, um monumento megalítico que se sobrepõe a um povoado. O que não é novidade, e, neste caso como noutros, tudo o que podemos dizer é que o povoado é anterior ao monumento megalítico e aí já temos uma associação pela negativa, mas que funciona em termos de cronologia sequencial, não de sincronia.

Tradicionalmente, quando se procura estabelecer uma conexão entre espaços da morte das antigas sociedades camponesas e lugares de habitação seguem-se, normalmente, três vias:

A primeira é a de comparar artefactos de uso quotidiano recolhidos em povoados com artefactos votivos recolhidos em monumentos megalíticos.

Em segundo lugar, costuma-se comparar modelos económico-sociais com arquiteturas, tanto reais como simbólicas, e estabelecer uma relação horizontal ou vertical entre elas.

Finalmente, consideram-se como significantes relações de proximidade física entre lugares de habitação e espaços da morte e, às vezes mesmo, como aconteceu no caso do menir do Padrão, entre espaços de habitação ou de ocupação concreta sazonal, ou de outro tipo qualquer, e monumentos megalíticos não funerários, como são efectivamente, os menires.

Ora justamente estas três perspectivas têm naturalmente grandes problemas, sendo a única excepção as sobreposições ou sequências de construção de monumentos sobre povoados. Em primeiro lugar, porque, como sabemos, os artefactos de uso quotidiano nem sempre se encontram representados nos monumentos funerários e, em muitos casos, existe uma fabricação própria de artefactos para colocar junto aos mortos. Basta isto para tornar, em termos gerais, essas comparações tipológicas extremamente perigosas.

Claro, como é evidente, há casos concretos de monumentos megalíticos que incluem artefactos usados no mundo dos vivos, estou-me a referir, por exemplo, aos pratos de largo bordo espessado que aparecem em alguns monumentos de Reguengos de Monsaraz (e não só...), e que se referem claramente a uma transposição da cultura material do quotidiano dos povoados para alguns, poucos, monumentos megalíticos. Mas eu diria também, sem receio de estar a falar com uma margem de erro insuportável, que praticamente só no início do III milénio é que nós encontramos generalizadas situações deste tipo. Isto é, praticamente, só com a construção dos *tholoi* ou o reaproveitamento das antas é que nós encontramos artefactos cerâmicos de uso comum, artefactos da vida quotidiana, depositados intencionalmente junto aos mortos.

E há justamente um ponto importante, que diz respeito à utilização selectiva dos monumentos megalíticos. É que parece-nos cada vez mais que os monumentos construídos no IV milénio são monumentos de alta selectividade, no que diz respeito aos enterramentos neles efectuados. Enquanto que, nos enterramentos do III milénio, particularmente nos enterramentos em *tholoi* ou nos enterramentos que utilizam câmaras megalíticas pré-existentes para deposições já calcolíticas, aquilo que nós encontramos, efectivamente, é um número de enterramentos que ultrapassa por vezes os cento e vinte, cento e quarenta, o que dificilmente se pode considerar um enterramento selectivo.

Essa circunstância e essa situação fazem com que algumas situações e algumas palavras chave utilizadas tradicionalmente para resolver o problema dos monumentos com pouco material, ou com nenhum às vezes, tenha que ser também, como eu já disse, atentamente revisto, porque, muito provavelmente, em relação a determinados monumentos a existência de poucos artefactos no seu interior pode não representar uma violação concreta daquele espaço, mas pode representar, efectivamente, uma escassa deposição de origem, mais uma vez monumentos de vocação individual ou quase, independentemente da sua dimensão ou dos seus processos construtivos. Isto, mais uma vez, para a maioria dos casos do IV milénio.

Comparar modelos económico-sociais com arquitecturas, tanto reais como simbólicas, é evidentemente, uma tentação, particularmente após todos os esforços da Escola dos *Annales* e a introdução de outros ângulos de leitura, nomeadamente marxistas, no nosso pensamento arqueológico, situação que não é nem tão recente quanto se diz às vezes nem tão antiga como se pensa. O que acontece é que, frequentemente, nós temos dificuldade em compreender os modelos económicos que encontramos numa dada região, sobretudo, em relação a espaços vastos.

Não é nada improvável que tenham coexistido espacialmente determinadas formações económico-sociais muito diferenciadas. E essa diferenciação traduz, afinal, o facto de não haver uma homogeneidade global na evolução dessas comunidades e na sua forma de estruturação económico-social, mas evoluções locais, de acordo com contextos ecológicos específicos e com situações de história desses próprias comunidades, que determinaram diferentes ritmos evolutivos.

Portanto, dizer que, efectivamente, existe um tipo de monumentos que traduz a colectivação da vida transportada para a colectivação da morte ou a selectividade mais ou menos ligada a chefaturas e à tradição de sepulturas individualizadas, é efectivamente um exercício que não é desinteressante, mas que é particularmente arriscado e deve ser efectuado cuidadosamente.

Ainda hoje os dados são bastante escassos, apesar da situação ter evoluído dramaticamente no Alentejo, graças a todas as prospecções e escavações que recentemente aqui tiveram lugar. Verificou-se realmente uma alteração dramática e espectacular da situação, mas, mesmo assim, não temos um número de povoados escavados suficiente para podermos falar com tranquilidade destas situações e quando temos povoados escavados, infelizmente, devido a condicionantes específicas e diversificadas, eles são-no muitas vezes, em áreas restritas, claramente insuficientes para apreciações de conjunto.

E desde praticamente a sua emergência que as antigas sociedades camponesas definiram nos seus espaços de habitação lugares especializados e esses lugares especializados, traduzem efectivamente realidades concretas, que só somadas e em interacção permitem uma interpretação global do povoamento. Se nós escavamos apenas uma área, temos a informação que diz respeito apenas a essa área e não à totalidade, à globalidade da estruturação de um sítio de habitação. Portanto, são necessários trabalhos de grande extensão e se na área de Sines temos uma longa história de intervenções em áreas muitíssimo amplas, noutras áreas, infelizmente, essa situação, não se verifica, mesmo no Alentejo.

Quanto ao problema das relações de proximidade física entre lugares de habitação e espaços da morte, muito explorado por alguns, se não rearmos entrar no domínio da ucronia, recordo que o facto da Torre de Belém se encontrar ao lado do Centro Cultural do mesmo nome não quer dizer que ambos monumentos sejam exactamente da mesma data, o que se hoje é fácil de saber noutros contextos não...

Tudo isto porque esta precaução foi ignorada, dando aliás origem a confrontos verbais entusiasmados e algo violentos, em 1991, no encontro da Costa Sudoeste, justamente quando se discutiu o problema do menir do Padrão. Porque, na verdade, quando encontro uma fogueira a dez metros de um menir, nada me diz que a datação que eu obtenho para essa fogueira possa ser alargada em direcção ao menir.

Ou então, directamente em relação às afirmações de Jorge de Oliveira, eu diria que quando encontramos carvões dentro de uma estrutura de construção de um menir, esses carvões podem provir do reenchimento do alvéolo com terras de áreas de povoamento anexas e a datação deve ser publicada com as devidas reservas. Não quer dizer que a datação não seja correcta, quero apenas dizer que não temos meios de o saber.

Portanto, o problema de datar menires é um problema extremamente complicado. Aquilo que eu sempre disse, e continuo a pensar, é que os menires se distribuem por uma faixa de tempo muito ampla e não me repugna minimamente que eles venham desde o Neolítico antigo. Agora, que alguns são da transição do IV para o III milénio, particularmente algumas estelas-menir, isso também não me oferece grandes dúvidas. Mas mais uma vez, temos esta questão: uma vez que esses monumentos não são datáveis de *per se*, que não podemos datar o momento em que essas pedras foram esculpidas, o que seria excelente, temos que agir com reservas.

O exercício de estilo que nos é lícito, apesar de arriscado e de conter as suas próprias limitações é, justamente, procurar uma aproximação à datação dos menires através das figuras que os tomam como suporte, através das representações, através dos diferentes grafismos. E tanto os nossos colegas Primitiva Bueno Ramírez como Rodrigo Balbín-Berhman têm sistematicamente insistido no problema e na necessidade de efectuar novas releituras de monumentos para podermos efectivamente encontrar essas expressões gráficas e a partir delas tentar obter datações relativas concretas.

Penso, assim, que devemos encarar todas estas situações dentro da evolução das antigas sociedades camponesas até fases onde o aparecimento de arqueometalurgia, onde a detecção, quase consensual, da Revolução dos Produtos Secundários, trouxe dados novos ou entendeu de uma outra forma os já existentes.

Nós podemos, metodologicamente, hesitar na testagem de formas explicativas aparentemente tão simples como as que Sherratt avançou, mas o certo é que, efectivamente, quando olhamos para a história do povoamento das antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal, antes da transição do IV para o III milénio e logo a seguir, encontramos situações completamente diferentes.

Encontramos um tipo de povoamento, que podemos chamar teoricamente de Mesolítico e outro do Neolítico antigo, ou nos mesmos lugares ou em relativa proximidade. Encontramos um tipo de povoamento em linhas horizontais típicas e encontramos, justamente, o povoamento de inícios do III milénio em fortificações que abrem, rasgam a paisagem na vertical e constituem, efectivamente, uma ruptura e um corte cultural. Não quer dizer, mais uma vez, que se trate necessariamente de novas populações, hipótese que não é naturalmente de afastar, quer dizer que se trata de uma outra filosofia de construção, de um outro modo de vida, de um outro modelo socio-económico, que é ensaiado durante algum tempo e depois, como tantos outros, acaba por desaparecer.

Portanto, em relação a essa evolução do povoamento das antigas sociedades camponesas eu diria que, efectivamente, progressivamente, nós vamo-nos aproximando das circunstâncias que nos permitem entendê-lo e depois compreender, efectivamente, qual é essa articulação.

É óbvio que, ao longo destes últimos vinte e cinco anos, ouvimos pessoas directamente relacionadas com o terreno, operacionais de campo como Henrique Leonor Pina, que todos nós preferíamos que tivesse enveredado por outro caminho que não o da militância política, e continuasse a estudar menires no Alentejo, porque é bom não esquecermos que foi a primeira pessoa a procurá-los sistematicamente (e a encontrá-los) em Évora e em Reguengos de Monsaraz.

O que se passa é que a definição de formas tão diferenciadas de menires, a existência de recintos megalíticos, que levantam problemas tão complexos como os Almendres ou Vale Maria do Meio, através da escassez dos materiais, nos leva também a supor que a proximidade de povoados com esses monumentos pode consubstanciar uma situação de se tratar de casos semelhantes ao das sociedades residuais, as sociedades que ainda hoje continuam a levantar menires ou a ter, efectivamente, referências desse género, mas aquilo que nós sabemos também é que, nelas, esse tipo de santuários nunca se encontra dentro dos povoados. Dentro dos povoados, existem marcos de referência, existem pequenos santuários, mas santuários com

estas características nunca se encontram, efectivamente, e, inclusivamente, a sua frequentação é uma frequentação que diz respeito a ritos específicos e não continuados. Isto é, não se trata de lugares em que toda a gente vá todos os dias prestar a sua oração a quem quer que seja, são lugares simbólicos na forma mais pura da expressão. E funcionais, pragmaticamente funcionais, uma vez que articulam a forma de funcionamento das sociedades.

Para terminar, eu diria que, efectivamente, o avanço da investigação dos povoados no Alentejo poderá vir a trazer-nos uma aproximação efectiva entre os lugares dos mortos e os lugares dos vivos. Tantas vezes nós olhamos para um sítio e dizemos: certamente que é daquele período, certamente que é daquela época, mas o facto de haver catorze ou quinze antas nas Areias, rodeando um povoado, não quer rigorosamente dizer que o povoado Areias 15, que a Ana Catarina Sousa e eu escavámos, tenha qualquer coisa a ver com todos aqueles monumentos, pelo menos poderá ter com alguns, mas não necessariamente com todos.

O problema é que nos encontramos hoje perante uma realidade plasmada no espaço e de tempo comprimido, e a paisagem que os nossos colegas ingleses, tão inteligentes numas coisas e aparentemente tão teimosos e tão obcecados por leituras não corrigidas e a-históricas, noutras, julgam ver não existe. Aquilo que os nossos colegas ingleses dizem quando vêm a paisagem como um todo bruto, maciço, interpretável de *per se* em bloco, é, a meu ver, realmente, por vezes, uma tonteria, na medida em que a paisagem nunca foi a mesma. A paisagem altera-se constantemente, momento a momento, cada vez que se constrói mais um monumento megalítico ou se levanta mais um menir ou há mais uma quinta neolítica que acabou de esgotar os seus solos e quem trabalhava a terra tem de se mudar. Ou quando um grupo se extingue por falta de viabilidade demográfica, e deixa restos da sua passagem, aquilo que hoje vemos é uma amálgama de uma paisagem milhares de vezes transformada e recriada.

A paisagem é uma entidade dinâmica, que não pode ser entendida como hoje é, quando olhamos para um mapa de Reguengos e dizemos: estão aqui cento e trinta e oito monumentos megalíticos. Hoje estão, com efeito. Talvez já não estejam exactamente cento e trinta e oito, porque muitos foram destruídos. Mas, efectivamente, provavelmente no Neolítico final estava um dado número, no Calcolítico já estaria um número completamente diferente e essa paisagem é um factor dinâmico que não se pode plasmar numa folha de papel e muito menos num mapa como os nossos.

O problema é que nós não podemos fazer de outra maneira, porque não temos dados em muitos casos para poder desdobrar essa realidade horizontal como gostaríamos, numa realidade vertical. Mas o facto de não o podermos fazer, ou eticamente não o queremos fazer, para não burlar o nosso público leitor e não criarmos uma falsa ideia de diacronia, não quer dizer que essa não seja uma perspectiva que devamos procurar. Obviamente que sim, obviamente que temos que ler a paisagem, mas eu diria então que não devemos ler a paisagem, devemos ler as paisagens, e devemos procurar reconstituir a sua contínua sequênciã, como aliás têm procurado fazer investigadores como Bradley, que se preocuparam com a diacronia da paisagem, factor que aparece ausente de outros estudos.

Diria assim, para terminar de vez, que, neste momento, todas as linhas de aproximação a este problema têm naturalmente, todas elas, raízes em realidades concretas, mais ou menos demonstráveis empiricamente, mas que, no estado actual dos nossos conhecimentos, uma perspectiva de leitura híbrida e extremamente prudente, uma perspectiva pouco entusiasmada apesar do fascínio do tema, deverá constituir a melhor das nossas opções.

MANUEL CALADO

Sugeriu-se que a construção de povoados no meio de grandes blocos graníticos tinha a ver com o facto de os blocos (onde foram registados alguns entalhes), terem desempenhado a

função de segurar, sustentar as cabanas, como aqueles entalhes eventualmente sugeriam.

Eu não nego que os entalhes tenham servido para sustentar as cabanas e, seguramente, houve cabanas no meio dos grandes afloramentos graníticos; o que me parece, enfim, é que as cabanas dessa época eram perfeitamente construídas e mantidas, em locais onde não havia afloramentos que as sustentassem.

Por outro lado, parece-me até que os afloramentos constituiriam alguma dificuldade na estruturação das cabanas; se eu tivesse de construir lá uma cabana, não me parece que os afloramentos fossem propriamente uma grande vantagem.

Eu penso sim, esta é a parte pós-moderna da minha observação e não é mais do que isto, é que haveria nessa opção um interesse, uma atracção, uma litofilia, talvez, uma litolatria, eventualmente, resumindo, um litotropismo, ou seja, desculpem os palavrões todos, uma preferência, de base ideológica, pelas paisagens marcadas pelos grandes afloramentos graníticos, fenómeno que tem, um pouco por todo o lado, inúmeros paralelos etnográficos.

VSG

Ou seja, de algum modo, uma perversão pétreia...

MC

Claro. Penso que teria havido um interesse, uma atracção, um gosto pelos grandes blocos, que de certa maneira, depois, se traduziu nas construções megalíticas, tanto no domínio do funerário como no domínio do simbólico.

Friso, mais uma vez, que do ponto de vista funcional, não são indispensáveis de todo os grandes blocos para sustentar as cabanas, se não não tínhamos provavelmente, povoamento neolítico nos sítios onde não há esse tipo de possibilidade. E resta ver como é que as cabanas se estruturavam no meio dos blocos: os tectos das cabanas encostavam aos blocos, o escoamento das águas pluviais seria complicado, enfim... há ali alguns problemas técnicos práticos que eu já tentei imaginar e que não me parece, sinceramente, que essa implantação facilitasse.

O que temos encontrado aqui no Alentejo é que a grande maioria dos povoados do Neolítico antigo se implanta não junto a blocos graníticos quaisquer, os quais poderiam com facilidade dar o mesmo tipo de apoio às cabanas, mas normalmente junto a blocos graníticos descomunais, e que ultrapassam largamente aquilo que as cabanas precisariam.

Este é outro aspecto para reflexão: por muito que fossem funcionais, havia a escolha de sítios que, até talvez por uma questão de marcação na paisagem, eram particularmente visíveis.

Aliás, a maior parte dos sítios do Neolítico antigo que temos encontrado ultimamente, encontram-se com uma facilidade extraordinária: é olhar à volta e onde houver afloramentos graníticos mais destacados, aí estão eles.

